

ABES

The logo graphic for ABES consists of a stylized letter 'S' shape. The top curve is green, the middle curve is yellow, and the bottom curve is orange.

Brasil digital,
menos desigual

RESUMO EXECUTIVO

**AGENDA
REGULATÓRIA**

2023



**CONHEÇA INICIATIVAS DA ABES QUE CONTRIBUEM
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL DIGITAL, MENOS DESIGUAL.
BASTA ACESSAR O QR CODE**



Programa Uma Empresa Ética



Guia Digital de Fomento à Inovação ABES - ABGI



Mobilização para Redução da Desigualdade



Think Tank ABES

RESUMO EXECUTIVO

A **Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)** tem como propósito a construção de um **Brasil mais digital e menos desigual**. A ABES trabalha em prol de um ambiente de negócios propício à inovação, ético, dinâmico, seguro, sustentável e que permita a competitividade global do país. O início do novo Governo Federal e da nova legislatura do Congresso Nacional trará oportunidades importantes em 2023 e nos anos seguintes para desenvolver e implementar políticas baseadas nesses importantes alicerces. A ABES está pronta para contribuir com esse objetivo e apresenta, através deste documento, recomendações para que esse caminho seja trilhado com sucesso.

As cerca de 2.000 empresas associadas ou conveniadas à ABES fornecem produtos e serviços que impulsionam a economia brasileira. Essas empresas produzem e comercializam hardware, software ou oferecem serviços de tecnologia dos mais variados, que ajudam todos os dias empresas e brasileiros a serem mais produtivos, eficientes e a terem uma vida melhor. Políticas públicas aplicáveis ao setor de tecnologia impactam a economia brasileira de forma geral e, portanto, este amplo efeito deve ser considerado quando tais políticas são desenvolvidas.

De acordo com dados da International Data Corporation (IDC) em 2021, a produção mundial de tecnologia da informação apresentou um crescimento de 11%, enquanto no Brasil o crescimento chegou a 17,4 %, atingindo um investimento de R\$ 238,2 bilhões (US\$ 46,2 bilhões), se considerados os mercados de software, serviços, hardware e também as exportações do segmento. Mas ainda há muito potencial para crescimento do setor no mercado brasileiro. Um ambiente legislativo e regulatório seguro e um conjunto de políticas públicas robustas que permitam que as organizações do nosso setor continuem contribuindo para o desenvolvimento do Brasil é, portanto, essencial para que este objetivo seja atingido. Buscando contribuir para esse objetivo e imbuída do compromisso com a transparência, a ABES divulga a sua **Agenda Regulatória para o ano de 2023**.

Com essa iniciativa, reunimos em um único documento e damos visibilidade às principais recomendações da entidade para políticas públicas nas seguintes áreas de suma importância para o país:

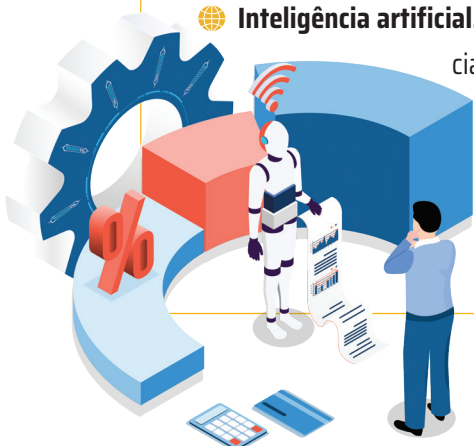


O papel do Estado na construção de um Projeto de Nação para a Era Digital. A ABES entende que o Estado deve atuar como indutor da inovação e promotor da cidadania na era digital pautado por um Projeto de Nação. Seja por meio de políticas públicas, como na regulação, ou por meio de políticas de compras públicas do aparelho estatal, o governo brasileiro tem uma potente ferramenta para incentivar a inovação, promover o desenvolvimento de ecossistemas inovadores vibrantes e, assim, estimular a criação e expansão de expertise e massa crítica locais tão relevantes para o desenvolvimento econômico e social do país. A ABES apoia políticas públicas que visem atingir estes objetivos. E, considerando a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 14.133/2021 que entrará em vigor em 01/04/2023, é importante discutirmos as formas de aquisição pública para os serviços TIC, devido à evolução do mercado, onde não temos mais apenas software padronizado. Hoje, temos serviços categorizados como TIC que abarcam tecnologia inovadora, que cumprem regras de compliance e governança as quais permitem maior segurança, transparência e controle efetivo.

Importância da tecnologia para o desenvolvimento socioeconômico: É indiscutível a importância da tecnologia para a educação e criação de novos modelos de negócios, ampliando as oportunidades de geração de renda, de forma inclusiva e igualitária. Assim, é fundamental que regulamentações e outras políticas públicas permitam que a sociedade brasileira tenha acesso, de forma ampla e democrática, às tecnologias inovadoras e disruptivas. A criação de barreiras de acesso às tecnologias inovadoras que alavancam os benefícios das cadeias globais de desenvolvimento é prejudicial ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Barreiras implementadas através de impostos, taxas ou qualquer outra medida que as onere ou injustificadamente limite a sua disponibilidade no Brasil dificultam o seu acesso por microempreendedores e pequenos empresários, podendo inviabilizar o surgimento de milhares de novos negócios e comprometer o desenvolvimento de negócios existentes. A ABES defende políticas públicas que possibilitem o acesso às tecnologias que melhor atendam às necessidades de seus usuários, independentemente de seu país de origem, contanto que a legislação brasileira seja respeitada.



Inteligência artificial. A ABES defende o desenvolvimento e o uso responsável da inteligência artificial (IA), de forma ética, transparente e robusta. Acreditamos que o foco da regulação deve ser baseado em risco e no uso da tecnologia e não na tecnologia em si. A ABES também defende a alocação apropriada de deveres e responsabilidade civil, governança adequada, e regulamentação apenas dos aspectos da aplicação da inteligência artificial que ainda não sejam objeto de legislações já

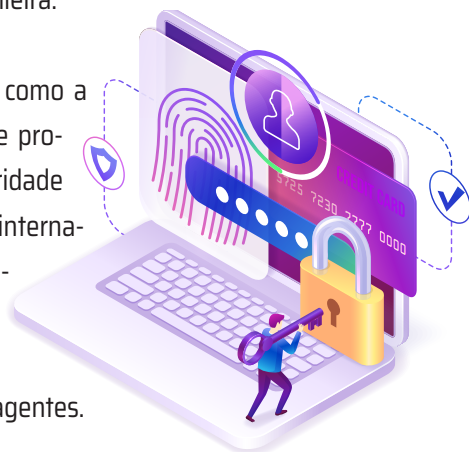


vigentes no país. Diferentes modelos regulatórios da IA ainda são objeto de debates em vários países, inclusive em relação a pontos nevrálgicos, como a própria definição da tecnologia em escopo, das estruturas de gestão de risco e o papel da autorregulação. Defendemos o aprofundamento dos debates também no Brasil, mediante participação plural e multidisciplinar da sociedade, por meio de Consulta Pública que preceda a votação de propostas legislativas sobre a matéria.



Tributação. A eliminação da alta complexidade e da insegurança jurídica no sistema tributário brasileiro é um fator primordial para o crescimento econômico e para a competitividade global do país. As atividades de tecnologia da informação fazem parte de um setor crítico para a transformação digital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e social do país. A ABES defende soluções capazes de trazer simplificação e segurança jurídica na área tributária, beneficiando tanto as empresas como o próprio poder público e a sociedade. Tais medidas são importantes para viabilizar um cenário favorável para a transformação digital brasileira.

Privacidade e proteção de dados. As empresas associadas à ABES, assim como a própria associação, são extremamente comprometidas com a privacidade e proteção de dados pessoais. A ABES defende a independência plena da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e a segurança jurídica nas transferências internacionais de dados pessoais baseada em mecanismos que tenham interoperabilidade com mecanismos já adotados em outras jurisdições. A ABES também defende regulamentações aplicáveis aos agentes de pequeno porte que sejam razoáveis e levem em conta características específicas de tais agentes.



Segurança cibernética. A segurança cibernética das tecnologias e serviços que viabilizam a transformação digital no Brasil é de grande importância para as empresas associadas à ABES. A entidade apoia políticas públicas que aumentem a robustez da segurança cibernética no Brasil, incluindo a implementação de uma política nacional de segurança cibernética voluntária e colaborativa, a criação de uma rede nacional de compartilhamento e prevenção de ciberataques, o fomento de programas de parcerias público-privadas para avançar a segurança cibernética, e a criação de um programa nacional de conscientização de segurança cibernética.

Relações de trabalho, qualificação e inclusão com foco nas competências digitais. A falta de profissionais capacitados para preencher as vagas de trabalho disponíveis no setor de tecnologia da informa-



ção (TI) é preocupante e impacta negativamente o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Defendemos políticas públicas voltadas a solucionar este problema, incluindo a capilarização de programas de capacitação em competências ligadas à TI, a não oneração do emprego (inclusive através da manutenção de certos avanços obtidos através de reformas trabalhistas recentes para que postos de trabalho sejam mantidos e novos sejam criados), a ampliação do debate sobre cotas para PCD e a possibilidade de modalidades de trabalho remoto ou híbrido com segurança jurídica e atenção às práticas de contratação irregular de profissionais brasileiros em território nacional por empresas que operam fora do país.



Uso responsável e transparente da internet. As empresas associadas à ABES apoiam políticas públicas que promovam o uso responsável e transparente da Internet. As empresas que participam do ecossistema digital não são homogêneas, tendo distintos tamanhos, públicos-alvo e áreas de atuação, o que requer uma abordagem regulatória que considere estas distinções. Defendemos que quaisquer regras sobre o uso de serviços digitais no Brasil, quando necessárias, sejam condizentes com os marcos legais e regulatórios vigentes no país, tenham sido resultado de amplo debate e sigam as melhores práticas internacionais. Assim, entendemos ser essencial que eventuais regulações reconheçam os termos de uso dos serviços de provedores digitais de modo que a internet venha a ser um ambiente seguro e promotor da liberdade de expressão.



Startups. A ABES defende um ambiente favorável e que ofereça segurança jurídica para o desenvolvimento de startups e do empreendedorismo, incluindo nas áreas trabalhista e tributária.

eSocial. A ABES apoia iniciativas governamentais rumo à digitalização de procedimentos, redução da burocracia e promoção da interoperabilidade entre os diferentes sistemas geridos pelo governo para a implementação eficiente do eSocial.

A ABES espera que as recomendações detalhadas no presente documento possam contribuir para a criação de políticas públicas que alavancem o desenvolvimento econômico e inclusivo do país e que possibilitem que o Brasil seja, cada vez mais, **UM PAÍS MAIS DIGITAL E MENOS DESIGUAL.**

**CONHEÇA INICIATIVAS DA ABES QUE CONTRIBUEM
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL DIGITAL, MENOS DESIGUAL.
BASTA ACESSAR O QR CODE**



Diagnóstico LGPD



Plataforma RH Tech



Diagnóstico de Sustentabilidade



Movimento Brasil, País Digital



ABES  **associação
brasileira das
empresas de
software**



ACESSE A VERSÃO
ELETRÔNICA

Portal ABES
www.abes.com.br

Central de Relacionamento: +55 (11) 2161-2833, de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30

Siga as atividades da ABES e notícias do setor nas redes sociais.

